

ATER pública no Maranhão: o caso da Unidade Regional da AGERP em Itapecuru-Mirim

Public rural extension in Maranhão: the case of the AGERP regional unit in Itapecuru-Mirim

Jaomara Nascimento da Silva¹

Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, Maranhão (MA), Brasil

Manoel Brasilino Meneses da Cruz²

Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, Maranhão (MA), Brasil

Maria Graziella Machado Sousa³

Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, Maranhão (MA), Brasil

Poliana Oliveira Cardoso⁴

Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, Maranhão (MA), Brasil

Ana Maria Aquino dos Anjos Ottati⁵

Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, Maranhão (MA), Brasil

GT8 – Extensão rural e Diálogos interculturais

Resumo: A extensão rural constitui instrumento fundamental para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, especialmente no contexto da agricultura familiar. Nesse sentido, o presente estudo teve como objetivo analisar a atuação da Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Maranhão (AGERP), na Unidade Regional de Itapecuru-Mirim, a partir da percepção de seus técnicos. A pesquisa possui abordagem quali-quantitativa, de caráter exploratório e descritivo, com aplicação de questionários a 14 colaboradores da instituição. Os dados foram analisados por meio de estatística descritiva. Os resultados evidenciam que a AGERP desempenha papel relevante na mediação do acesso às políticas públicas, no fortalecimento da agricultura familiar e na promoção de práticas sustentáveis. Contudo, foram identificados desafios estruturais, operacionais e institucionais, como limitações de infraestrutura, dificuldades na articulação interinstitucional e desigualdades no atendimento aos diferentes públicos da PNATER. Conclui-se que, embora a atuação da AGERP seja estratégica para o desenvolvimento rural no Maranhão, há necessidade de fortalecimento institucional e ampliação dos investimentos em ATER para aumentar sua efetividade.

Palavras-chave: agricultura familiar, desenvolvimento territorial, políticas públicas.

Abstract: Rural extension is a key instrument for promoting sustainable rural development, especially within family farming. This study aimed to analyze the performance of the State Agency for Agricultural Research and Rural Extension of Maranhão (AGERP) in the regional unit of Itapecuru-Mirim, based on technicians' perceptions. The research adopted a qualitative and quantitative approach, with exploratory and descriptive characteristics, using questionnaires applied to 14 staff members. Data were analyzed through descriptive statistics. Results indicate that AGERP plays an important role in mediating access to public policies, strengthening family farming, and promoting sustainable practices. However, structural and institutional challenges were identified, including infrastructure limitations, weak interinstitutional articulation, and unequal service provision among PNATER target groups. It is concluded that strengthening institutional capacity and increasing investments in rural extension are necessary to improve effectiveness.

Keywords: family farming, territorial development, public policies

1. Introdução

A extensão rural constitui-se como instrumento central das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural no Brasil, atuando na mediação entre o conhecimento técnico-científico e as realidades sociais e produtivas dos agricultores. Ao longo do tempo, sua atuação evoluiu de um modelo difusionista e verticalizado para abordagens participativas, territoriais e orientadas pela sustentabilidade, especialmente com o fortalecimento da agricultura familiar como categoria estratégica (Caporal; Costabeber, 2004; Diesel; Neumann, 2017).

Nesse contexto, a extensão rural contribui para a promoção da segurança alimentar, diversificação produtiva, geração de renda e inclusão socioproductiva, além de valorizar os saberes locais e fortalecer os territórios rurais (Grisa; Schneider, 2015).

As instituições públicas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), especialmente as agências estaduais, são responsáveis pela execução dessas políticas junto aos agricultores familiares, assentados e comunidades tradicionais. No entanto, sua atuação enfrenta desafios recorrentes, como limitações orçamentárias, déficit de pessoal e dificuldades logísticas, sobretudo em regiões mais vulneráveis (Peixoto, 2008; Diesel; Neumann, 2017).

A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), instituída pela Lei nº 12.188/2010, representa um marco na reorientação da extensão rural ao incorporar princípios como participação social, enfoque territorial, sustentabilidade ambiental e valorização dos conhecimentos tradicionais. A política reforça o papel da agricultura familiar e orienta a construção de processos educativos baseados no diálogo (Brasil, 2010; Caporal, 2014).

Entretanto, sua implementação ocorre de forma desigual no território nacional, sendo condicionada pela capacidade institucional, financiamento e especificidades regionais (Grisa; Schneider, 2015). Apesar de sua relevância, persistem desafios relacionados à efetividade das ações de ATER e à capacidade das instituições executoras em atender às demandas dos agricultores familiares. Nesse sentido, ainda são limitados os estudos que analisam, a partir da percepção dos agentes extensionistas, como essas políticas se materializam no nível territorial.

No Maranhão, a Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural (AGERP) é responsável pela execução das ações de ATER, atuando em um contexto marcado por desigualdades sociais, diversidade sociocultural e limitações estruturais. A instituição atende agricultores familiares, assentados da reforma agrária e comunidades tradicionais, desempenhando papel estratégico no desenvolvimento rural sustentável (Maranhão, 2016; Silva; Sousa, 2020).

A complexidade territorial do estado, caracterizada pela ampla extensão, diversidade de biomas e dificuldades de acesso, impõe desafios adicionais à atuação da ATER. Nesse cenário, torna-se relevante compreender como a AGERP organiza suas ações e enfrenta os entraves institucionais e territoriais (Peixoto, 2008).

Diante disso, o presente estudo tem como objetivo analisar a atuação da Unidade Regional da Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Maranhão (AGERP), a partir da percepção de seus técnicos, considerando aspectos estruturais, metodológicos e institucionais da execução das ações de ATER. O estudo diferencia-se ao abordar a perspectiva dos agentes extensionistas, e espera-se poder contribuir para a compreensão dos desafios operacionais da ATER pública em contextos regionais específicos.

2. Contexto institucional da ATER

A extensão rural pode ser compreendida como processo, política e instituição (Peixoto, 2008). Como processo, caracteriza-se pela mediação de conhecimentos entre agentes técnicos e agricultores, assumindo um papel educativo e comunicativo. Enquanto política, refere-se ao conjunto de diretrizes públicas voltadas ao desenvolvimento rural; e, como instituição, materializa-se nas organizações responsáveis pela execução das ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER).

Historicamente, a extensão rural no Brasil teve início em 1948, com a criação da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR), em Minas Gerais, difundindo-se posteriormente para outros estados. Esse modelo inicial possuía caráter difusionista, orientado à modernização agrícola, com forte transferência de tecnologias (Vargas et al., 2022). Contudo, tal abordagem contribuiu para a ampliação das desigualdades no campo, uma vez que beneficiava principalmente produtores com maior acesso a recursos (Silva et al., 2021).

A partir das transformações ocorridas nas décadas de 1980 e 1990, especialmente com a crise do Estado desenvolvimentista, a extensão rural passou por reestruturações significativas. A extinção de instituições como a EMBRATER e a redução do financiamento público comprometeram a oferta de serviços de ATER, sobretudo para agricultores familiares.

Nesse contexto, a criação da PNATER em 2004 e institucionalizada pela Lei nº 12.188/2010, representou um marco na redefinição da extensão rural brasileira. A política passou a incorporar princípios como participação social, sustentabilidade, enfoque territorial e valorização dos saberes locais, direcionando suas ações prioritariamente à agricultura familiar (Brasil, 2010; Caporal, 2014).

No estado do Maranhão, a trajetória da ATER acompanha essas transformações. A assistência técnica teve início com a criação da ACAR-MA, em 1962, posteriormente transformada na EMATER-MA em 1976. No entanto, a instituição foi extinta em 1998, em um contexto de reestruturação estatal e redução de investimentos públicos (Furtado, 2018). Somente em 2006 foi criada a Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Maranhão (AGERP), com a finalidade de executar as políticas estaduais de pesquisa e ATER.

A AGERP atua junto a diversos públicos, incluindo agricultores familiares, assentados, povos tradicionais, pescadores e extrativistas, desenvolvendo atividades que abrangem desde assistência técnica produtiva até apoio ao acesso a políticas públicas, como crédito rural e mercados institucionais. Sua atuação ocorre em um território marcado por desigualdades socioeconômicas, diversidade produtiva e limitações estruturais, o que impõe desafios à efetividade das ações.

Considerando os dados do Censo Agropecuário de 2017, o número de produtores que receberam assistência técnica no Estado do Maranhão é bastante reduzido, seja da agricultura familiar ou da agricultura não-familiar. No caso da agricultura familiar, apenas 2,89% informaram ter recebido assistência técnica, o que é preocupante, considerando que isso expressa 5.408 estabelecimentos familiares em um universo de 187.118. Ainda segundo análises de Furtado et al. (2020), quanto à origem da assistência técnica recebida, percebe-se que a principal fonte é o governo (59,04%), seguido pelas categorias “própria ou do produtor” (18,23%), de cooperativas (5,07%), empresas integradoras (3,03%) e o Sistema S (2,29%).

Diante desse cenário, a literatura aponta que a efetividade da extensão rural depende não apenas da disponibilidade de recursos, mas também da capacidade institucional, da articulação entre atores e da adoção de metodologias participativas (Grisa; Schneider, 2015). Assim, torna-se fundamental analisar como essas políticas se materializam no nível local, especialmente a partir da percepção dos agentes responsáveis por sua implementação.

3. Metodologia

3.1 Caracterização da área de estudo

De acordo com o Plano Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário do Maranhão (Maranhão, 2018), o município de Itapecuru-Mirim apresenta expressivo contingente de agricultores familiares e assentamentos rurais, configurando-se como uma área relevante para a análise das políticas públicas de desenvolvimento rural. A base produtiva local

é caracterizada pela diversificação, com destaque para o cultivo de mandioca e milho, além da criação de pequenos animais, atividades típicas dos sistemas produtivos da agricultura familiar no norte maranhense.

A região insere-se em um contexto socioeconômico marcado por forte presença da agricultura familiar, diversidade de sistemas produtivos e dependência de políticas públicas de fomento e assistência técnica, o que reforça a importância da atuação da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) como instrumento de apoio ao desenvolvimento rural sustentável.

3.2 Procedimentos metodológicos

Como etapa inicial da pesquisa, a proposta da pesquisa foi apresentada ao gestor da Unidade Regional por meio de uma reunião por videoconferência. Essa fase de aproximação teve como objetivo apresentar o objetivo da pesquisa, validar os objetivos e procedimentos metodológicos junto aos atores institucionais e definir o levantamento de dados.

Posteriormente, em uma visita à Unidade, pode-se conhecer a infraestrutura da instituição e parte do quadro de colaboradores. Com base nas informações compartilhadas nesta reunião, propôs-se o encaminhamento do questionário aos colaboradores, considerando a dinâmica organizacional da instituição.

De acordo com o gestor regional, a unidade foi fundada em 2007, atende doze municípios, e os funcionários estão distribuídos entre os municípios, como articulação estratégica em espaços de órgãos públicos municipais e/ou organizações rurais para maior e melhor proximidade com os agricultores familiares.

Em cada município, encontra-se pelo menos um técnico de campo: Anajatuba (1), Belágua (1), Cantanhede (1), Matões do Norte (1), Miranda do Norte (1), Nina Rodrigues (1), Pirapemas (1), Presidente Vargas (1), São Benedito do Rio Preto (1), Urbano Santos (2), Vargem Grande (2) e Itapecuru-Mirim (8). O quadro de colaboradores tem o total de 21 funcionários, sendo todos contratados, e dentre estes, 12 estão diretamente ligados com as atividades em campo (técnicos agropecuários e agrônomos), 1 nutricionista, 1 assistente social e 3 técnicos administrativos.

Durante o período do estudo, a AGERP, em parceria com a Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA), lançou o Edital AGERP/FAPEMA 2025/2026 para a seleção de bolsistas destinados à atuação no Projeto Gestão Pública em Pesquisa Agropecuária, Assistência Técnica e Extensão Rural (PGP

AGERP). Esta unidade regional recebeu quatro bolsistas; no entanto, estes não participaram da pesquisa, em virtude do curto período de inserção nas atividades institucionais.

Ressalta-se que o tempo reduzido de atuação desses bolsistas na unidade pode ter limitado sua familiaridade com a dinâmica organizacional, bem como com as ações de ATER desenvolvidas, o que poderia comprometer a consistência e a confiabilidade das informações fornecidas. Dessa forma, optou-se por não os incluir na amostra, visando assegurar maior robustez e representatividade aos dados coletados.

Diante dessa situação, os questionários foram enviados a todos colaboradores contratados para que respondessem e garantisse representatividade das diferentes realidades territoriais atendidas pela unidade, bem como a diversidade de experiências e percepções dos técnicos envolvidos na execução das ações de ATER. O envio dos questionários e coleta dos dados ocorreram no mês de março de 2026, e obteve-se a resposta de 14 funcionários: 10 técnicos agropecuários/agrícolas, 3 agrônomos e 1 nutricionista.

O instrumento foi elaborado com o objetivo de levantar informações sobre aspectos estruturais, operacionais e metodológicos relacionados à execução das ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), com a seguinte organização: (I) caracterização institucional e perfil da unidade; (II) atuação da AGERP no âmbito da ATER; (III) metodologias participativas e instrumentos utilizados; (IV) desafios na implementação das políticas públicas; e (V) articulação institucional e desenvolvimento rural.

Os dados obtidos foram sistematizados por meio de estatística descritiva, permitindo a identificação de padrões e tendências nas respostas. No que se refere aos aspectos éticos, a pesquisa foi conduzida em conformidade com as normas aplicáveis a estudos com seres humanos, assegurando o anonimato dos participantes e a utilização das informações exclusivamente para fins acadêmicos. O projeto de pesquisa foi submetido e aprovado por Comitê de Ética em Pesquisa, sob o parecer nº 95616325.8.0000.5554.

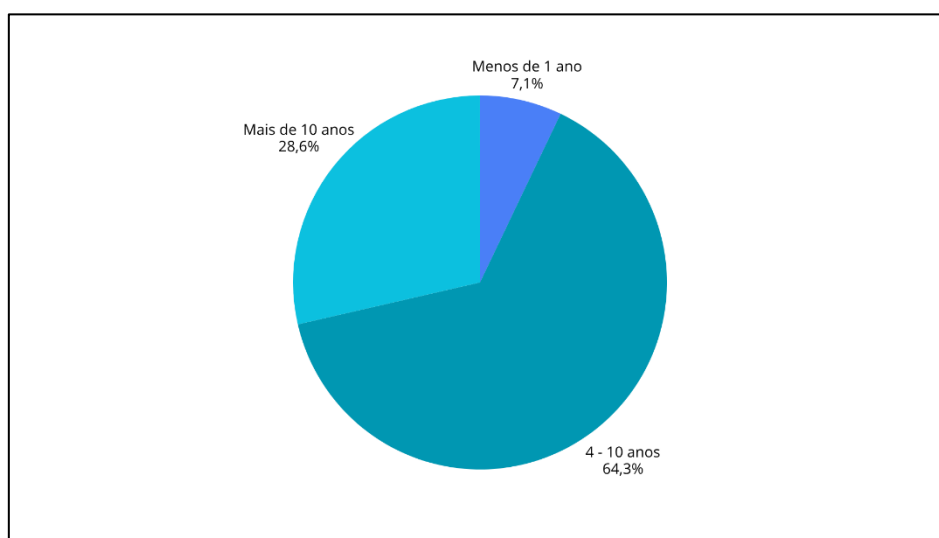
Considera-se para tal, que o presente estudo se caracteriza como uma pesquisa de natureza aplicada, com abordagem quali-quantitativa, de caráter exploratório e descritivo. A adoção dessa abordagem possibilitou a análise integrada de dados objetivos e subjetivos, permitindo compreender tanto os aspectos estruturais e operacionais da ATER quanto as percepções dos sujeitos envolvidos. Conforme destacam Creswell (2010) e Minayo (2014), a combinação de métodos quantitativos e qualitativos amplia a capacidade interpretativa das pesquisas sociais, especialmente em estudos que envolvem práticas institucionais e dinâmicas territoriais.

4. Resultados e Discussão

4.1 Caracterização institucional e análise do perfil da unidade

A análise do perfil institucional da unidade regional da AGERP evidencia uma equipe técnica com significativa experiência na atuação em extensão rural. Entre os entrevistados, 64,3% possuem mais de quatro anos de atuação na instituição, enquanto 28,6% apresentam mais de dez anos de experiência (Gráfico 1). Esse resultado indica um acúmulo relevante de conhecimento prático sobre a realidade local, elemento considerado fundamental para a construção de processos de desenvolvimento rural sustentáveis, uma vez que a continuidade da atuação extensionista favorece o estabelecimento de vínculos de confiança com as famílias agricultoras (Caporal; Costabeber, 2004).

Gráfico 1. Distribuição percentual do tempo de atuação dos colaboradores na instituição



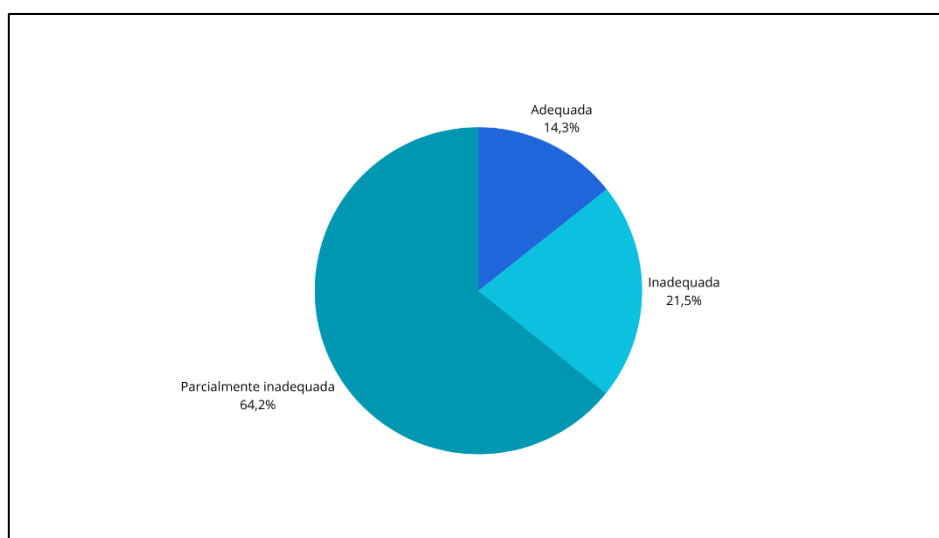
Fonte: Dados da pesquisa (2026)

No que se refere à formação profissional, verifica-se a predominância de técnicos agropecuários (71%), posteriormente engenheiros agrônomos (21,6%), além de da presença de nutricionista (7,4%). Tal composição majoritária sugere uma base técnico-produtivista ainda relevante, característica historicamente presente na extensão rural brasileira. Contudo, a presença de profissional da área da saúde aponta para uma tímida abordagem mais interdisciplinar, em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), que preconiza uma atuação integrada com o princípio

estabelecido pela lei, na contribuição para a segurança e soberania alimentar e nutricional. (BRASIL, 2010).

Em relação à estrutura organizacional, a infraestrutura foi considerada parcialmente adequada por 64% dos entrevistados, 21,4% consideraram inadequada, e somente 14,3% consideraram adequado (Gráfico 2). De alguma forma, evidencia-se limitações que impactam diretamente a execução das atividades. Essas restrições se manifestam, sobretudo, em dificuldades de deslocamento, redução do número de ações e atrasos na implementação de projetos, o que compromete a efetividade das políticas públicas no território. Tais entraves refletem desafios estruturais recorrentes na extensão rural pública, especialmente em regiões com menor disponibilidade de recursos.

Gráfico 2. Percepção dos entrevistados sobre a infraestrutura da unidade regional da AGERP-Itapecuru Mirim



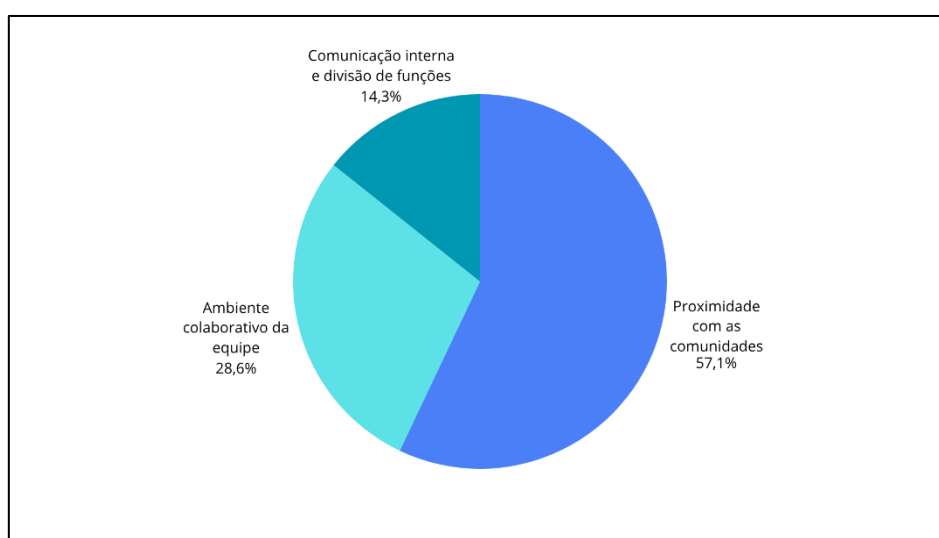
Fonte: Dados da pesquisa (2026)

No que se refere à infraestrutura, embora a unidade tenha sido classificada como adequada pela maioria dos entrevistados, foi mencionado que, alguns produtores encontram dificuldades para localizá-la, pelo fato de o escritório não ter prédio permanente. Embora pareça um problema apenas físico, esse aspecto revela uma questão institucional maior: a territorialização da extensão rural. Para Peixoto (2008), a presença reconhecida da instituição no território é elemento fundamental da política de ATER, pois a extensão depende de visibilidade social para que os agricultores a percebam como política pública acessível.

Em relação ao transporte, a regional apresenta situação relativamente favorável, contando com veículos em funcionamento que, embora ainda insuficientes para a totalidade da demanda territorial, viabilizam a realização das visitas técnicas. Estas foram apontadas como um dos principais pilares para a construção de vínculos de confiança entre extensionistas e famílias atendidas.

Dentre os fatores que mais facilitam o trabalho da equipe nesta unidade, 57% afirmaram ser a proximidade com as comunidades, 28,6% ambiente colaborativo da equipe e 14,3% indicaram comunicação interna e divisão de funções (Gráfico 3). A proximidade com as comunidades não se refere a questão logística, e sim aos vínculos estreitados com as comunidades.

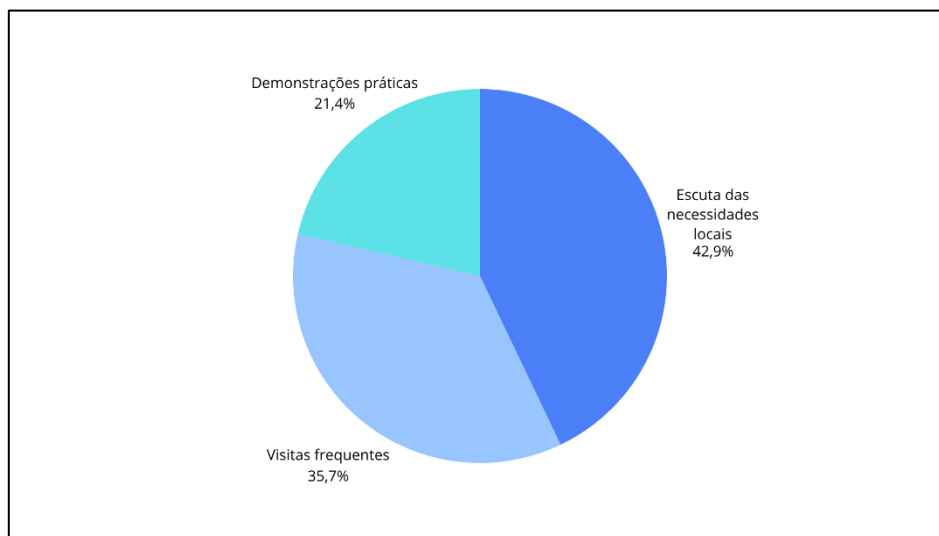
Gráfico 3. Percepção dos técnicos sobre os fatores que contribuem para a execução das atividades na unidade



Fonte: Dados da pesquisa (2026)

Outra dimensão analisada refere-se à abordagem relacional entre extensionistas e famílias atendidas (Gráfico 4). De acordo com os entrevistados, os principais fatores que contribuem para o fortalecimento dessa relação são a escuta das necessidades locais (42,9%), as visitas frequentes (35,7%) e as demonstrações práticas (21,4%). Esses elementos estão alinhados aos princípios da ATER contemporânea, que enfatiza a interação social, a construção coletiva do conhecimento e o protagonismo dos agricultores no processo de desenvolvimento rural.

Gráfico 4. Percepção dos técnicos sobre os fatores que contribuem para a relação com as famílias atendidas



Fonte: Dados da pesquisa (2026)

Conforme destacado por Callou (2006), a extensão rural no Brasil historicamente se fundamenta na relação interpessoal, sendo a confiança construída a partir da presença contínua do técnico no território. Nesse contexto, quando as visitas são frequentes como foi apontado, observa-se possível fortalecimento na consolidação do vínculo entre extensionista e agricultor.

A participação dos agricultores nas ações desenvolvidas foi considerada majoritariamente muito efetiva (64,3%), o que indica um elevado nível de engajamento dos beneficiários. Esse resultado pode ser compreendido à luz da perspectiva freireana, que enfatiza o diálogo, a escuta e a valorização dos saberes locais como elementos centrais no processo educativo. Para Freire (1983), a extensão rural deve ser entendida como um processo de comunicação, no qual o conhecimento é construído de forma coletiva, e não apenas transferido de maneira verticalizada.

4.2 Atuação da AGERP e acesso às políticas públicas de ATER

Com relação as ações desenvolvidas pela AGERP foram destacadas: prestação de assistência técnica, emissão do Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF), apoio ao acesso a mercados institucionais como PNAE e PAA, acompanhamento ao Programa Fomento Rural, realização de capacitações e fortalecimento das cadeias produtivas de produtos do babaçu.

Grisa e Schneider (2015) apontam que a ATER pública também funciona como mediadora do acesso dos agricultores familiares a programas governamentais, articulando políticas produtivas, sociais e de segurança alimentar. De forma unânime, a emissão do CAF foi destacada por todos entrevistados como uma das principais ações, tendo grande relevância, uma vez que o cadastro é como uma porta de entrada para políticas públicas rurais. Nesse ponto, pode-se apontar que o papel da AGERP não se restringe apenas ao acompanhamento técnico, mas também a garantia de cidadania dos agricultores, como por exemplo, o acesso ao Programa Fomento Rural.

Outro aspecto relevante refere-se à atuação junto às mulheres rurais, com destaque para as quebradeiras de coco babaçu, grupo social de grande relevância no contexto socioeconômico do Maranhão. A literatura aponta que a extensão rural desempenha papel estratégico na promoção da inclusão produtiva feminina, contribuindo não apenas para a autonomia econômica, mas também para o fortalecimento da organização social e da participação política dessas mulheres (Caporal, 2014; Caporal e Costabeber, 2004).

Nesse sentido, a inserção das quebradeiras de coco nas ações de ATER evidencia a incorporação de uma abordagem mais inclusiva e participativa, alinhada aos princípios da PNATER, especialmente no que se refere à equidade de gênero e ao reconhecimento dos diferentes sujeitos do meio rural. Essa atuação reforça a dimensão social da extensão rural, ao valorizar saberes tradicionais e promover processos de desenvolvimento baseados nas especificidades territoriais.

Adicionalmente, o estímulo à cadeia produtiva do babaçu configura-se como estratégia relevante para o desenvolvimento regional, uma vez que articula geração de renda, valorização de recursos naturais locais e fortalecimento de identidades socioculturais. Tal perspectiva está em consonância com o marco legal da ATER no Brasil, que prevê o apoio a iniciativas econômicas voltadas às potencialidades e vocações regionais (BRASIL, 2010).

Dessa forma, os resultados indicam práticas extensionistas orientadas por princípios de inclusão social e desenvolvimento territorial, embora também evidenciem a necessidade de continuidade e ampliação dessas ações para consolidar seus efeitos no médio e longo prazo.

A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) estabelece, em seu Artigo 5º, um conjunto amplo e diversificado de beneficiários, contemplando desde assentados da reforma agrária, povos indígenas, comunidades quilombolas e demais povos tradicionais, até agricultores familiares, extrativistas, pescadores e outros segmentos vinculados ao meio rural, conforme definido pela Lei nº 11.326/2006.

Os resultados referentes ao nível de atendimento aos beneficiários da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) evidenciam diferenças expressivas entre os grupos analisados, indicando uma atuação desigual da assistência técnica no território estudado.

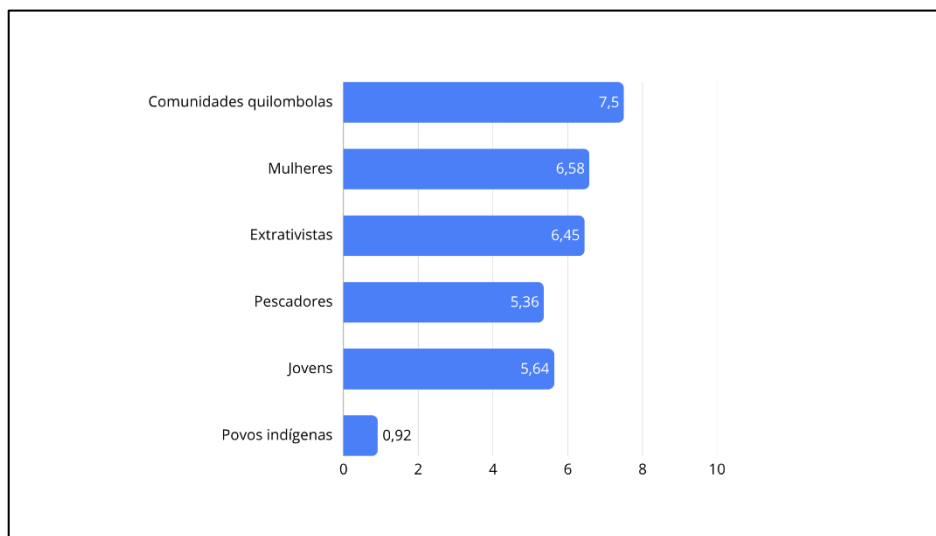
Para tanto, adotou-se uma escala do tipo Likert de 10 pontos, variando de 1 (nível muito baixo de atendimento) a 10 (nível muito alto), permitindo mensurar a percepção dos entrevistados de forma gradual e comparativa. As respostas obtidas foram organizadas e analisadas por meio de estatística descritiva, sendo calculadas as médias aritméticas para cada grupo de beneficiários. Esse procedimento possibilitou a identificação de padrões de atendimento e a comparação entre os diferentes segmentos analisados.

Embora a escala do tipo Likert seja originalmente de natureza ordinal, a utilização de médias aritméticas é amplamente adotada em estudos aplicados nas ciências sociais, especialmente quando se trabalha com escalas ampliadas, como a de 10 pontos, que oferecem maior sensibilidade na captação das percepções dos respondentes. Nesse sentido, o uso das médias contribui para uma análise mais sintética e comparativa dos dados, sem comprometer sua validade interpretativa.

As médias apresentadas derivam das avaliações atribuídas pelos entrevistados, utilizando-se uma escala do tipo Likert de 10 pontos, variando de 1 (nível muito baixo de atendimento) a 10 (nível muito alto). Para fins de análise, procedeu-se ao cálculo da média aritmética das respostas para cada grupo de beneficiários, permitindo a comparação entre os diferentes públicos atendidos.

As médias observadas apontam maior atendimento às comunidades quilombolas (7,50), seguidas por mulheres (6,58) e extrativistas (6,45), enquanto pescadores (5,36) e jovens (5,64) apresentam níveis intermediários. Em contraste, os povos indígenas registram média significativamente inferior (1,00), revelando uma lacuna importante na atuação extensionista (Gráfico 5).

Gráfico 5. Comparação do nível de atendimento entre os beneficiários da PNATER



Fonte: Dados da pesquisa (2026).

O desempenho mais elevado junto às comunidades quilombolas podem estar relacionado ao maior grau de organização social e ao direcionamento de políticas públicas específicas, fatores que favorecem a atuação da ATER. Conforme destacam Caporal e Costabeber (2004), a efetividade das ações extensionistas está diretamente associada à capacidade de interação com grupos socialmente organizados, o que fortalece a construção coletiva do conhecimento e a adoção de práticas produtivas.

No que se refere às mulheres e aos extrativistas, os resultados indicam uma inserção relevante nas ações de assistência técnica, possivelmente refletindo avanços nas políticas de inclusão produtiva e na promoção da equidade de gênero no meio rural. Tal cenário está alinhado aos princípios da PNATER, que valorizam a diversidade dos sujeitos sociais e incentivam estratégias de desenvolvimento baseadas nas especificidades territoriais.

Por sua vez, os níveis intermediários observados entre jovens e pescadores sugerem uma atuação ainda pouco consolidada, assim como os povos indígenas merece atenção especial, uma vez que a média extremamente baixa pode apontar fragilidades na implementação das ações de ATER junto a esse público prioritário.

É válido ressaltar que esse resultado pode estar relacionado a barreiras de acesso, limitações institucionais e inadequações metodológicas, mas também podem refletir não apenas limitações institucionais, mas também características próprias do território de atuação. Assim, recomenda-se que análises futuras incorporem a dimensão territorial e a distribuição espacial

dos beneficiários, a fim de distinguir, com maior precisão, os efeitos de fatores institucionais e das especificidades locais sobre o alcance das ações de assistência técnica.

4.3 Desafios e articulação institucional no desenvolvimento rural

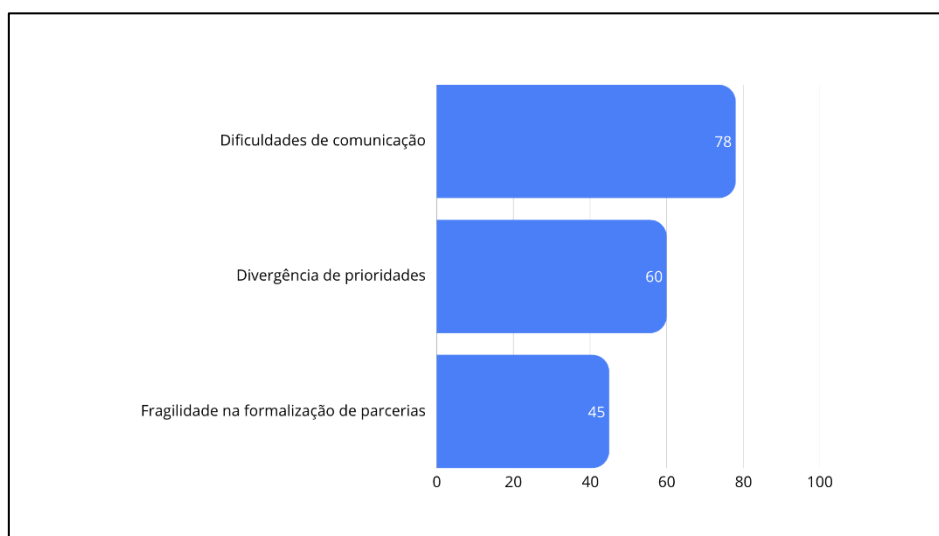
A organização territorial da atuação da AGERP revela estratégias adaptativas frente às limitações estruturais da extensão rural pública. A distribuição dos técnicos em secretarias municipais de agricultura (92,9%) e organizações rurais (7,1%) evidencia a busca por maior proximidade com os agricultores familiares, ampliando o acesso aos serviços de ATER. Esse arranjo institucional, conforme apontado por Silva e Sousa (2020), constitui uma alternativa recorrente em contextos de escassez de infraestrutura própria.

Dados semelhantes foram descritos por Freitas e Dias (2018) ao estudarem a atuação da EMATER no Nordeste, onde a instalação dos técnicos em órgãos municipais facilitou o acesso dos agricultores ao serviço e ampliou a divulgação das políticas públicas rurais.

Contudo, esses autores também apontam que tal arranjo institucional pode produzir efeitos contraditórios. Em pesquisa sobre a EMATER-DF, Santos (2018) verificou que a proximidade administrativa com a gestão municipal frequentemente direciona a atuação do extensionista para demandas imediatas, como emissão de documentos, elaboração de projetos e atendimento burocrático, reduzindo o tempo destinado ao acompanhamento produtivo das unidades familiares. De modo semelhante, Gomes e Pereira (2020), analisando a EMATER-GO, observaram que técnicos lotados em estruturas municipais acabam incorporando atividades administrativas locais, o que contribui para a diminuição das ações educativas coletivas, como dias de campo e capacitações.

O Gráfico 6 indica que a maioria dos entrevistados (64%) considera que as parcerias institucionais contribuem principalmente para o acesso às políticas públicas, enquanto 21,4% apontam impactos na assistência técnica e apenas 7,1% na ampliação de projetos. Esse resultado indica que a AGERP atua predominantemente como mediadora do acesso às políticas públicas, reforçando seu papel institucional mais voltado à garantia de direitos do que à indução direta de processos produtivos. Tal cenário sugere que a articulação entre instituições tem contribuído principalmente como mecanismo de mediação e viabilização de direitos, embora ainda haja potencial para ampliar seus efeitos sobre a dimensão produtiva e o desenvolvimento de iniciativas locais.

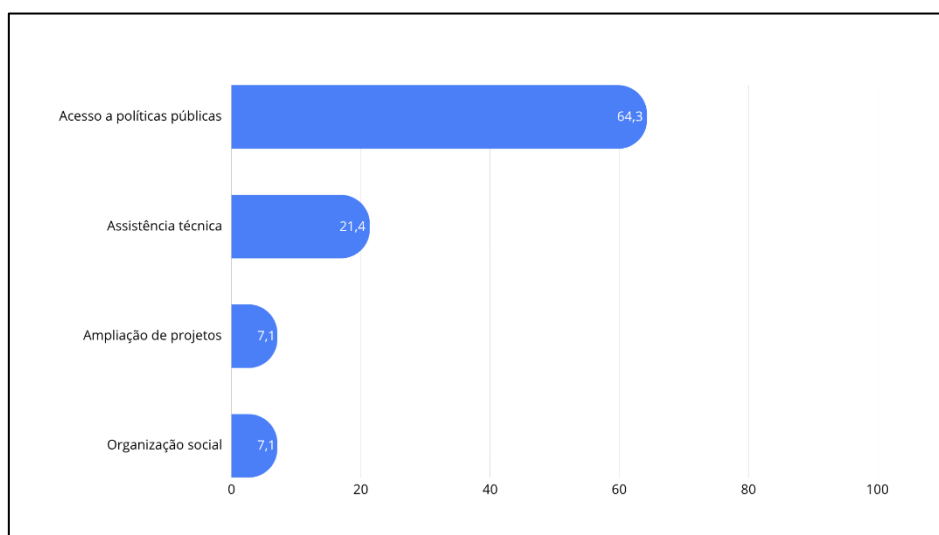
Gráfico 6. Percepção dos entrevistados sobre as contribuições das parcerias institucionais



Fonte: Dados da pesquisa (2026)

Entretanto, o gráfico 7 evidencia que persistem desafios na articulação institucional, como dificuldades de comunicação (38,5%), divergência de prioridades entre instituições (23,1%) e fragilidade na formalização de parcerias (15,4%). Essa fragilidade na formalização das parcerias também sugere limitações na consolidação dessas relações, o que pode comprometer a continuidade e a efetividade das ações desenvolvidas.

Gráfico 7. Principais desafios na articulação institucional segundo os entrevistados



Fonte: Dados da pesquisa (2026).

Segundo os entrevistados, as principais estratégias adotadas incluem a priorização de ações (42,9%), reorganização de agendas (35,7%) e estabelecimento de parcerias institucionais

(21,4%). Embora tais medidas contribuam para a otimização dos recursos disponíveis, elas também revelam limitações na capacidade operacional da instituição, indicando a necessidade de ampliação dos investimentos públicos na extensão rural, tanto em recursos humanos como em infraestrutura.

Assim, embora o compartilhamento de espaços amplie a presença territorial da ATER e facilite o acesso dos agricultores, ele também evidencia um processo de adaptação institucional em contextos de restrição estrutural. A extensão rural passa a depender de arranjos locais para sua operacionalização, o que pode fortalecer a articulação com políticas municipais, mas também reduzir a autonomia de planejamento das ações extensionistas e a regularidade do acompanhamento técnico às famílias agricultoras.

5. Considerações finais

A análise da atuação da AGERP na Unidade Regional de Itapecuru-Mirim permite afirmar que a extensão rural exerce um papel relevante no apoio à agricultura familiar, sobretudo no que se refere ao acesso às políticas públicas. Nesse contexto, a instituição se destaca-se como mediadora de direitos do e promotora de processos produtivos.

No entanto, os resultados evidenciam que essa atuação ocorre sob limitações importantes. Problemas relacionados à infraestrutura, à logística e à articulação institucional interferem diretamente na execução das atividades e restringem o alcance das ações desenvolvidas. Além disso, a distribuição desigual do atendimento entre os públicos da PNATER, revela fragilidades que ainda precisam ser enfrentadas. Por outro lado, aspectos como a proximidade entre técnicos e agricultores, o conhecimento da realidade local e o uso de práticas mais participativas demonstram potencial para o fortalecimento da extensão rural no território.

Dessa forma, mais do que ampliar ações, torna-se necessário qualificar a atuação da ATER, com investimentos em estrutura, melhor organização institucional e estratégias que considerem as especificidades dos diferentes públicos atendidos. Por fim, o estudo contribui ao evidenciar, a partir da perspectiva dos extensionistas, tanto os avanços quanto os limites da ATER pública no Maranhão, indicando a importância de aprofundar análises que incluam também a visão dos agricultores.

Referências

BRASIL. Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 12 jan. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12188.htm Acesso em: 7 abr. 2026.

CALLOU, A. B. F. *Comunicação rural e extensão: formação de profissionais para o desenvolvimento rural*. Recife: Bagaço, 2006.

CAPORAL, F. R. *Extensão rural e agroecologia: temas sobre um novo desenvolvimento rural*. Brasília: MDA, 2014.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. *Agroecologia e extensão rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável*. Brasília: MDA/SAF, 2004.

DIESEL, V.; NEUMANN, P. S. Extensão rural no Brasil: tendências, desafios e perspectivas. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v. 55, n. 1, p. 7–26, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/1234-56781806-94790550101>

FREIRE, P. *Extensão ou comunicação?* 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FURTADO, C. A. D. O. *A política de assistência técnica e extensão rural no Maranhão: do desmonte à (re)estruturação da política nos anos 2000*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2018.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 23, n. 56, p. 5–26, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/1678-987315235601>

MARANHÃO. Lei nº 8.562, de 28 de dezembro de 2006. Dispõe sobre a criação da Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Maranhão – AGERP/MA. Diário Oficial do Estado do Maranhão, São Luís, 28 dez. 2006.

MARANHÃO. Secretaria de Estado da Agricultura Familiar (SAF). *Plano Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário do Maranhão*. São Luís: SAF, 2018.

PEIXOTO, M. *Extensão rural no Brasil: uma abordagem histórica da legislação*. Brasília: Senado Federal, 2008.

SILVA, J. R.; SOUSA, M. S. Assistência técnica e extensão rural no Maranhão: desafios institucionais e territoriais. *Revista Brasileira de Desenvolvimento Rural*, v. 4, n. 2, p. 45–63, 2020.

VARGAS, D. L.; AQUINO, J. R.; CARVALHO, C. X. Assistência técnica, extensão rural e agricultura familiar no Nordeste: panorama, desempenho recente e desafios. *Emancipação*, Ponta Grossa, v. 22, p. 1–19, 2022. DOI: <https://doi.org/10.5212/Emancipacao.v.22.2220507>